



Novo CPC

O que mudou?

aula 25

SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo*, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:

(...)

CPC-2015:

Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:

(...)

CPC-2015:

Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:

(...)

1 – NÃO É CASO DE EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM QUE O MÉRITO DA CAUSA SEJA APRECIADO (ARTS. 354 E 485);

CPC-2015:

Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:

(...)

1 – NÃO É CASO DE EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM QUE O MÉRITO DA CAUSA SEJA APRECIADO (ARTS. 354 E 485);

2 – NÃO É CASO DE PRONÚNCIA DE PRESCRIÇÃO OU DE DECADÊNCIA (ARTS. 354 E 487, II);

CPC-2015:

Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:

(...)

1 – NÃO É CASO DE EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM QUE O MÉRITO DA CAUSA SEJA APRECIADO (ARTS. 354 E 485);

2 – NÃO É CASO DE PRONÚNCIA DE PRESCRIÇÃO OU DE DECADÊNCIA (ARTS. 354 E 487, II);

3 – NÃO É CASO DE HOMOLOGAÇÃO DE AUTOCOMPOSIÇÃO (ARTS. 354 E 487, III);

CPC-2015:

Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:

(...)

1 – NÃO É CASO DE EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM QUE O MÉRITO DA CAUSA SEJA APRECIADO (ARTS. 354 E 485);

2 – NÃO É CASO DE PRONÚNCIA DE PRESCRIÇÃO OU DE DECADÊNCIA (ARTS. 354 E 487, II);

3 – NÃO É CASO DE HOMOLOGAÇÃO DE AUTOCOMPOSIÇÃO (ARTS. 354 E 487, III);

4 – NÃO É CASO DE JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO (ART. 355);

CPC-2015:

Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:

(...)

- 1 – NÃO É CASO DE EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM QUE O MÉRITO DA CAUSA SEJA APRECIADO (ARTS. 354 E 485);
- 2 – NÃO É CASO DE PRONÚNCIA DE PRESCRIÇÃO OU DE DECADÊNCIA (ARTS. 354 E 487, II);
- 3 – NÃO É CASO DE HOMOLOGAÇÃO DE AUTOCOMPOSIÇÃO (ARTS. 354 E 487, III);
- 4 – NÃO É CASO DE JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO (ART. 355);
- 5 – SE OCORRER QUALQUER DAS SITUAÇÕES ANTERIORES, REMANESCE QUESTÃO CUJA RESOLUÇÃO EXIGE A PRODUÇÃO DE PROVAS.

CPC-2015:

Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:

(...)

- 1 – NÃO É CASO DE EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM QUE O MÉRITO DA CAUSA SEJA APRECIADO (ARTS. 354 E 485);
- 2 – NÃO É CASO DE PRONÚNCIA DE PRESCRIÇÃO OU DE DECADÊNCIA (ARTS. 354 E 487, II);
- 3 – NÃO É CASO DE HOMOLOGAÇÃO DE AUTOCOMPOSIÇÃO (ARTS. 354 E 487, III);
- 4 – NÃO É CASO DE JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO (ART. 355);
- 5 – SE OCORRER QUALQUER DAS SITUAÇÕES ANTERIORES, REMANESCE QUESTÃO CUJA RESOLUÇÃO EXIGE A PRODUÇÃO DE PROVAS.

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em*
decisão de saneamento e de organização do processo:

(...)

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

I - resolver as questões processuais pendentes, se houver;

(...)

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

II - delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos;

(...)

CPC-2015:

Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:

(...)

II - delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos;

(...)

ORGANIZAÇÃO DA ATIVIDADE INSTRUTÓRIA

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

II - delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos;

(...)

§ 4º *Caso tenha sido determinada a produção de prova testemunhal, o juiz fixará prazo comum não superior a 15 (quinze) dias para que as partes apresentem rol de testemunhas.*

(...)

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

II - delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos;

(...)

§ 6º *O número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato.*

(...)

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

II - delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos;

(...)

§ 6º *O número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato.*

§ 7º *O juiz poderá limitar o número de testemunhas levando em conta a complexidade da causa e dos fatos individualmente considerados*

(...)

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

II - delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos;

(...)

§ 8º ***Caso tenha sido determinada a produção de prova pericial, o juiz deve observar o disposto no art. 465** e, se possível, estabelecer, desde logo, calendário para sua realização.*

(...)

CPC-2015:

Art. 465. O juiz **nomeará perito** especializado no objeto da perícia e **fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo.**

(...)

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

II - delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos;

(...)

§ 8º *Caso tenha sido determinada a produção de prova pericial, o juiz deve observar o disposto no art. 465 **e, se possível, estabelecer, desde logo, calendário para sua realização.***

(...)

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

*III - **definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373;***

(...)

CPC-2015:

Art. 373. *O ônus da prova incumbe:*

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

(...)

CPC-2015:

Art. 373. *O ônus da prova incumbe:*

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

(...)

**DISTRIBUIÇÃO LEGAL
(ESTÁTICA) DO ÔNUS DA
PROVA**

CPC-2015:

Art. 373. *O ônus da prova incumbe:*

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

(...)

§ 3º *A distribuição diversa do ônus da prova também pode ocorrer por convenção das partes, salvo quando:*

I - recair sobre direito indisponível da parte;

II - tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.

§ 4º *A convenção de que trata o § 3º pode ser celebrada antes ou durante o processo.*

CPC-2015:

Art. 373. O ônus da prova é:

I - ao autor, quanto à existência do fato;

II - ao réu, quanto à existência do fato;

(...)

§ 3º A distribuição diversa do ônus da prova também pode ocorrer por convenção das partes, salvo quando:

I - recair sobre direito indisponível da parte;

II - tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.

§ 4º A convenção de que trata o § 3º pode ser celebrada antes ou durante o processo.

**DISTRIBUIÇÃO
CONVENCIONAL (DINÂMICA)
DO ÔNUS DA PROVA:
NEGÓCIO JURÍDICO
PROCESSUAL**

CPC-2015:

Art. 373. *O ônus da prova incumbe:*

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

§ 1º ***Nos casos previstos em lei** ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.*

(...)

CPC-2015:

Art. 373. *O ônus da prova incumbe:*

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

§ 1º *Nos casos previstos em lei **ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput** ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.*

(...)

CPC-2015:

Art. 373. *O ônus da prova incumbe:*

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

§ 1º *Nos casos previstos em lei **ou diante de peculiaridades da causa relacionadas** à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou **à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário**, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.*

(...)

CPC-2015:

Art. 373. *O ônus da prova incumbe:*

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

§ 1º *Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, **poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso**, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.*

(...)

CPC-2015:

Art. 373. *O ônus da prova incumbe:*

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

§ 1º *Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, **desde que o faça por decisão fundamentada**, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.*

(...)

CPC-2015:

Art. 373. *O ônus da prova incumbe:*

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

§ 1º *Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, **caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.***

(...)

CPC-2015:

Art. 373. O ônus da prova é:

I - ao autor, quanto à existência do fato;

II - ao réu, quanto à existência do fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

§ 1º *Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.*

(...)

**DISTRIBUIÇÃO JUDICIAL
(DINÂMICA) DO ÔNUS DA
PROVA**

CPC-2015:

Art. 1.015. Cabe **agravo de instrumento** contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:

(...)

XI - **redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º;**

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

*IV - **delimitar as questões de direito relevantes para a decisão do mérito;***

(...)

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

*IV - **delimitar as questões de direito relevantes para a decisão do mérito;***

(...)

CPC-2015:

Art. 10. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

*IV - **delimitar as questões de direito relevantes para a decisão do mérito;***

(...)

**TODAS AS QUESTÕES DE
DIREITO SUSCITADAS PELAS
PARTES**

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

IV - *delimitar as questões de direito relevantes para a decisão do mérito;*

(...)

**TODAS AS QUESTÕES DE
DIREITO SUSCITADAS PELAS
PARTES**

**TODAS AS QUESTÕES
DE DIREITO
SUSCITADAS DE OFÍCIO**

CPC-2015:

Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:

(...)

IV - **delimitar as questões de direito relevantes para a decisão do mérito;**

(...)

TODAS AS QUESTÕES DE
DIREITO SUSCITADAS PELAS
PARTES

TODAS AS QUESTÕES
DE DIREITO
SUSCITADAS DE OFÍCIO

SE NOVA QUESTÃO SURGIR
DEPOIS, DEVERÁ ELA SER
POSTA SOB O CRIVO DO
CONTRADITÓRIO

CPC-2015:

Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, a decisão de saneamento e de organização do processo:

(...)

IV - **delimitar as questões de direito relevantes para a decisão do mérito;**

(...)

LIMITES DAS QUESTÕES
COM BASE NAS QUAIS A
CAUSA SERÁ JULGADA

TODAS AS QUESTÕES DE
DIREITO SUSCITADAS PELAS
PARTES

TODAS AS QUESTÕES DE
DIREITO SUSCITADAS
DE OFÍCIO

SE NOVA QUESTÃO SURTIR
DEPOIS, DEVERÁ ELA SER
POSTA SOB O CRIVO DO
CONTRADITÓRIO

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

*V - **designar, se necessário, audiência de instrução e julgamento.***

(...)

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

V - designar, se necessário, audiência de instrução e julgamento.

(...)

§ 9º ***As pautas deverão ser preparadas com intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre as audiências.***

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

§ 1º ***Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes**, no prazo comum de 5 (cinco) dias, findo o qual a decisão se torna estável.*

(...)

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

§ 1º *Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de 5 (cinco) dias, findo o qual a decisão se torna estável.*

(...)

**NÃO SE TRATA DE RECURSO DE EMBARGOS DE
DECLARAÇÃO**

CPC-2015:

Art. 357. Não ocorrendo o saneamento no prazo estabelecido neste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento, declarar a nulidade da declaração de inépcia do processo:

(...)

§ 1º *Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de 5 (cinco) dias, findo o qual a decisão se torna estável.*

(...)

REGRA DE CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO

NÃO SE TRATA DE RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

CPC-2015:

Art. 357. Não ocorrendo o saneamento, o juiz, em decisão de saneamento, neste Capítulo, deverá o

(...)

§ 1º Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de 5 (cinco) dias, findo o qual a decisão se torna estável.

(...)

REGRA DE CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

§ 1º *Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, **no prazo comum de 5 (cinco) dias**, findo o qual a decisão se torna estável.*

(...)

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

§ 1º *Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, **no prazo comum de 5 (cinco) dias**, findo o qual a decisão se torna estável.*

(...)

**SE A DECISÃO FOR PROFERIDA EM AUDIÊNCIA,
O PEDIDO DEVE SER FORMULADO NA PRÓPRIA
AUDIÊNCIA, E NÃO NO PRAZO DE 5 DIAS**

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

§ 1º *Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, **no prazo comum de 5 (cinco) dias**, findo o qual a decisão se torna estável.*

(...)

**SE A DECISÃO FOR PROFERIDA EM AUDIÊNCIA,
O PEDIDO DEVE SER FORMULADO NA PRÓPRIA
AUDIÊNCIA, E NÃO NO PRAZO DE 5 DIAS**

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

§ 1º *Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, **no prazo comum de 5 (cinco) dias, findo o qual a decisão se torna estável.***

(...)

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

§ 1º *Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, **no prazo comum de 5 (cinco) dias, findo o qual a decisão se torna estável.***

(...)

CPC-2015:

Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:

(...)

§ 1º Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, **no prazo comum de 5 (cinco) dias, findo o qual a decisão se torna estável.**

(...)

ESTABILIDADE QUE NÃO ATINGE CAPÍTULO DA
DECISÃO QUE DESAFIE RECURSO DE AGRAVO DE
INSTRUMENTO (ART. 1.015) OU QUE POSSA SER
OBJETO DE APELAÇÃO (ART. 1.009, § 1º)

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

§ 2º *As partes podem apresentar ao juiz, para homologação, delimitação consensual das questões de fato e de direito a que se referem os incisos II e IV, a qual, se homologada, vincula as partes e o juiz.*

(...)

CPC-2015:

Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses previstas no art. 330, o juiz, em decisão de saneamento e...
(...)

NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL BILATERAL TÍPICO,
SUJEITO A HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL

§ 2º *As partes podem apresentar ao juiz, para homologação, delimitação consensual das questões de fato e de direito a que se referem os incisos II e IV, a qual, se homologada, vincula as partes e o juiz.*

(...)

Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses previstas no art. 356, o juiz, em decisão de saneamento e (...)

§ 2º As partes podem apresentar ao juiz, para homologação, delimitação consensual das questões de fato e de direito a que se referem os incisos II e IV, a qual, se homologada, vincula as partes e o juiz.

 (\dots)

**OPORTUNIDADE PARA CRIAÇÃO DE
UM CALENDÁRIO PROCESSUAL (ART.
191, §§ 1º E 2º)**

**NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL BILATERAL TÍPICO,
SUJEITO A HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL**

CPC-2015:

Art. 191. De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar **calendário para a prática dos atos processuais**, quando for o caso.

§ 1º O calendário vincula as partes e o juiz, e os prazos nele previstos somente serão modificados em casos excepcionais, devidamente justificados.

§ 2º Dispensa-se a intimação das partes para a prática de ato processual ou a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas no calendário.

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

§ 3º ***Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito,** deverá o juiz designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações.*

(...)

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

§ 3º *Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, **deverá o juiz designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes**, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações.*

(...)

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

§ 3º *Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, deverá o juiz designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes, **oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações.***

(...)

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

§ 3º *Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, deverá o juiz designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações.*

(...)

**OPORTUNIDADE PARA CRIAÇÃO DE
UM CALENDÁRIO PROCESSUAL (ART.
191, §§ 1º E 2º)**

CPC-2015:

Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses do capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento, estabelecer o plano de organização do processo:

(...)

§ 3º *Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, deverá o juiz designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações.*

(...)

**OPORTUNIDADE PARA CRIAÇÃO DE
UM CALENDÁRIO PROCESSUAL (ART.
191, §§ 1º E 2º)**

**REGRA DE CONCRETIZAÇÃO DO
PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO**

CPC-2015:

Art. 357. Não ocorrendo a conciliação no pré-julgamento, o juiz, em decisão de saneamento, deverá, no capítulo, deverá, se for o caso, convidar as partes a integrar ou esclarecer suas alegações:
(...)

§ 3º *Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, deverá o juiz designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações.*
(...)

MELHOR COMPREENSÃO DAS
QUESTÕES DE FATO COMPLEXAS

CPC-2015

Art.

o)

(...)

§ 3º *Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, deverá o juiz designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações.*

(...)

REDUÇÃO DA POSSIBILIDADE DE
PRODUÇÃO DE PROVA INÚTIL

APREENSÃO DAS
CAUSAS COMPLEXAS

Capítulo, deverá
caso:

CPC-2015

Art.

o)

(...)

§ 3º *Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, deverá o juiz designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações.*

(...)

REDUÇÃO DA POSSIBILIDADE DE
PRODUÇÃO DE PROVA INÚTIL

REDUÇÃO DA POSSIBILIDADE DE
INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

CPC-2015:

Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses previstas no art. 330, o juiz, em decisão de saneamento, poderá, quando necessário, designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações.
(...)

§ 3º *Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, deverá o juiz designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações.*
(...)

**AUMENTO DA
POSSIBILIDADE DE
OCORRER
AUTOCOMPOSIÇÃO**

**POSSIBILIDADE DE
INTERVENÇÃO DE RECURSOS**

CPC-2015:

Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses do capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento, determinar o que for adequado do processo:

(...)

§ 3º *Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, deverá o juiz designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações.*

(...)

**AUMENTO DA
POSSIBILIDADE DE
OCORRER
AUTOCOMPOSIÇÃO**

CPC-2015:

Art. 357. *Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:*

(...)

§ 3º *Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, deverá o juiz designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações.*

(...)

§ 5º ***Na hipótese do § 3º, as partes devem levar, para a audiência prevista, o respectivo rol de testemunhas.***

(...)

***PRAZO PARA
APRESENTAÇÃO
DO ROL DE
TESTEMUNHAS***

***SANEAMENTO UNILATERAL, PELO
JUIZ (EM AUDIÊNCIA OU NÃO), COM
DETERMINAÇÃO DE PRODUÇÃO DE
PROVA TESTEMUNHAL***

***PRAZO PARA
APRESENTAÇÃO
DO ROL DE
TESTEMUNHAS***

***SANEAMENTO UNILATERAL, PELO
JUIZ (EM AUDIÊNCIA OU NÃO), COM
DETERMINAÇÃO DE PRODUÇÃO DE
PROVA TESTEMUNHAL***

***SANEAMENTO A SER REALIZADO DE
FORMA COOPERATIVA, EM
AUDIÊNCIA***

***PRAZO PARA
APRESENTAÇÃO
DO ROL DE
TESTEMUNHAS***

***SANEAMENTO UNILATERAL, PELO
JUIZ (EM AUDIÊNCIA OU NÃO), COM
DETERMINAÇÃO DE PRODUÇÃO DE
PROVA TESTEMUNHAL***

***SANEAMENTO A SER REALIZADO DE
FORMA COOPERATIVA, EM
AUDIÊNCIA***

***PRAZO PARA
APRESENTAÇÃO
DO ROL DE
TESTEMUNHAS***

**SANEAMENTO UNILATERAL, PELO
JUIZ (EM AUDIÊNCIA OU NÃO), COM
DETERMINAÇÃO DE PRODUÇÃO DE
PROVA TESTEMUNHAL**

**SANEAMENTO A SER REALIZADO DE
FORMA COOPERATIVA, EM
AUDIÊNCIA**

**PRAZO PARA
APRESENTAÇÃO
DO ROL DE
TESTEMUNHAS**

**NO PRAZO QUE O JUIZ ASSINAR, NÃO
SUPERIOR A 15 DIAS, COMUM ÀS
PARTES (ART. 357, § 4º)**

**SANEAMENTO UNILATERAL, PELO
JUIZ (EM AUDIÊNCIA OU NÃO), COM
DETERMINAÇÃO DE PRODUÇÃO DE
PROVA TESTEMUNHAL**

**SANEAMENTO A SER REALIZADO DE
FORMA COOPERATIVA, EM
AUDIÊNCIA**

**PRAZO PARA
APRESENTAÇÃO
DO ROL DE
TESTEMUNHAS**

**NO PRAZO QUE O JUIZ ASSINAR, NÃO
SUPERIOR A 15 DIAS, COMUM ÀS
PARTES (ART. 357, § 4º)**

**SANEAMENTO UNILATERAL, PELO
JUIZ (EM AUDIÊNCIA OU NÃO), COM
DETERMINAÇÃO DE PRODUÇÃO DE
PROVA TESTEMUNHAL**

**SANEAMENTO A SER REALIZADO DE
FORMA COOPERATIVA, EM
AUDIÊNCIA**

**PRAZO PARA
APRESENTAÇÃO
DO ROL DE
TESTEMUNHAS**

**NO PRAZO QUE O JUIZ ASSINAR, NÃO
SUPERIOR A 15 DIAS, COMUM ÀS
PARTES (ART. 357, § 4º)**

**NA AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA
QUE O SANEAMENTO SEJA FEITO EM
COOPERAÇÃO (ART. 357, §§ 3º E 5º)**

AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

CPC-2015:

Art. 358. *No dia e na hora designados, o juiz declarará aberta a audiência de instrução e julgamento e mandará apregoar as partes e os respectivos advogados, bem como outras pessoas que dela devam participar.*

CPC-2015:

Art. 359. *Instalada a audiência, o juiz tentará conciliar as partes, independentemente do emprego anterior de outros métodos de solução consensual de conflitos, como a mediação **e a arbitragem**.*

CPC-2015:

Art. 359. *Instalada a audiência, o juiz tentará conciliar as partes, independentemente do emprego anterior de outros métodos de solução consensual de conflitos, como a mediação **e a arbitragem**.*



CPC-2015:

Art. 360. O juiz exerce o poder de polícia, incumbindo-lhe:

(...)

CPC-2015:

Art. 360. *O juiz exerce o poder de polícia, incumbindo-lhe:*

I - manter a ordem e o decoro na audiência;

(...)

CPC-2015:

Art. 360. *O juiz exerce o poder de polícia, incumbindo-lhe:*

(...)

II - ordenar que se retirem da sala de audiência os que se comportarem inconvenientemente;

(...)

CPC-2015:

Art. 360. *O juiz exerce o poder de polícia, incumbindo-lhe:*

(...)

III - requisitar, quando necessário, força policial;

(...)

CPC-2015:

Art. 360. *O juiz exerce o poder de polícia, incumbindo-lhe:*

(...)

IV - *tratar com urbanidade as partes, os advogados, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e qualquer pessoa que participe do processo;*

(...)

CPC-2015:

Art. 360. *O juiz exerce o poder de polícia, incumbindo-lhe:*

(...)

V - registrar em ata, com exatidão, todos os requerimentos apresentados em audiência.

CPC-2015:

Art. 361. *As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, preferencialmente:*

(...)

CPC-2015:

Art. 361. *As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, preferencialmente:*

*I - o perito e os assistentes técnicos, que responderão aos quesitos de esclarecimentos requeridos no prazo e na forma do art. 477, **caso não respondidos anteriormente por escrito;***

(...)

CPC-2015:

Art. 361. *As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, preferencialmente:*

(...)

II - o autor e, em seguida, o réu, que prestarão depoimentos pessoais;

(...)

CPC-2015:

Art. 361. *As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, preferencialmente:*

(...)

III - as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu, que serão inquiridas.

(...)

CPC-2015:

Art. 459. *As perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à **testemunha**, começando pela que a arrolou, não admitindo o juiz aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com as questões de fato objeto da atividade probatória ou importarem repetição de outra já respondida.*

§ 1º *O juiz poderá inquirir a testemunha tanto antes quanto depois da **inquirição feita pelas partes.***

(...)

CPC-2015:

Art. 361. *As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, preferencialmente:*

(...)

Parágrafo único. *Enquanto depuserem o perito, os assistentes técnicos, as partes e as testemunhas, não poderão os advogados e o Ministério Público intervir ou apartear, sem licença do juiz.*

CPC-2015:

Art. 362. A audiência poderá ser adiada:

(...)

CPC-2015:

Art. 362. A audiência poderá ser adiada:

I - por convenção das partes;

(...)

§ 3º Quem der causa ao adiamento responderá pelas despesas acrescidas.

CPC-2015:

Art. 362. A audiência poderá ser adiada:

I - por convenção das partes;

(...)

§ 3º Quem der causa ao adiamento responderá pelas despesas.

**SUPRESSÃO DO LIMITE A
APENAS UMA VEZ**

CPC-2015:

Art. 362. *A audiência poderá ser adiada:*

(...)

*II - se não puder comparecer, por motivo justificado, **qualquer pessoa que dela deva necessariamente participar**;*

(...)

§ 1º *O impedimento deverá ser comprovado até a abertura da audiência, e, não o sendo, o juiz procederá à instrução.*

(...)

§ 3º *Quem der causa ao adiamento responderá pelas despesas acrescidas.*

CPC-2015:

Art. 362. *A audiência poderá ser adiada:*

(...)

III - por atraso injustificado de seu início em tempo superior a 30 (trinta) minutos do horário marcado.

(...)

§ 3º *Quem der causa ao adiamento responderá pelas despesas acrescidas.*

CPC-2015:

Art. 362. *A audiência poderá ser adiada:*

(...)

§ 2º *O juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado ou **defensor público** não tenha comparecido à audiência, **aplicando-se a mesma regra ao Ministério Público.***

(...)

CPC-2015:

Art. 363. *Havendo antecipação **ou adiamento** da audiência, o juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinará a intimação dos advogados ou da sociedade de advogados para ciência da nova designação.*

CPC-2015:

Art. 363. *Havendo antecipação **ou adiamento** da audiência, o juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinará a intimação dos advogados ou da sociedade de advogados para ciência da nova designação.*

**SUPRESSÃO DA REFERÊNCIA
AO FATO DE QUE A
INTIMAÇÃO DEVE SER
"PESSOAL"**

CPC-2015:

Art. 364. *Finda a instrução, o juiz dará a palavra ao advogado do autor e do réu, bem como ao membro do Ministério Público, se for o caso de sua intervenção, sucessivamente, pelo prazo de 20 (vinte) minutos para cada um, prorrogável por 10 (dez) minutos, a critério do juiz.*

(...)

CPC-2015:

Art. 364. *Finda a instrução, o juiz dará a palavra ao advogado do autor e do réu, bem como ao membro do Ministério Público, se for o caso de sua intervenção, sucessivamente, pelo prazo de 20 (vinte) minutos para cada um, prorrogável por 10 (dez) minutos, a critério do juiz.*

§ 1º *Havendo litisconsorte ou terceiro interveniente, o prazo, que formará com o da prorrogação um só todo, dividir-se-á entre os do mesmo grupo, se não convencionarem de modo diverso.*

(...)

CPC-2015:

Art. 364. *Finda a instrução, o juiz dará a palavra ao advogado do autor e do réu, bem como ao membro do Ministério Público, se for o caso de sua intervenção, sucessivamente, pelo prazo de 20 (vinte) minutos para cada um, prorrogável por 10 (dez) minutos, a critério do juiz.*

(...)

§ 2º *Quando a causa apresentar questões complexas de fato ou de direito, o debate oral poderá ser substituído por razões finais escritas, **que serão apresentadas pelo autor e pelo réu, bem como pelo Ministério Público, se for o caso de sua intervenção, em prazos sucessivos de 15 (quinze) dias, assegurada vista dos autos.***

CPC-2015:

Art. 365. *A audiência é una e contínua, podendo ser excepcional e justificadamente cindida na ausência de perito ou de testemunha, **desde que haja concordância das partes.***

(...)

CPC-2015:

Art. 365. *A audiência é una e contínua, podendo ser excepcional e justificadamente cindida na ausência de perito ou de testemunha, **desde que haja concordância das partes.***

(...)

**A DISCORDÂNCIA DEVE
SER FUNDAMENTADA**

CPC-2015:

Art. 365. *A audiência é una e contínua, podendo ser excepcional e justificadamente cindida na ausência de perito ou de testemunha, desde que haja concordância das partes.*

Parágrafo único. *Diante da impossibilidade de realização da instrução, do debate e do julgamento no mesmo dia, o juiz marcará seu prosseguimento para a data mais próxima possível, **em pauta preferencial**.*

CPC-2015:

Art. 366. *Encerrado o debate ou oferecidas as razões finais, o juiz proferirá sentença em audiência ou no prazo de **30 (trinta) dias**.*

CPC-2015:

Art. 367. *O servidor lavrará, sob ditado do juiz, termo que conterá, em resumo, o ocorrido na audiência, bem como, por extenso, os despachos, as decisões e a sentença, se proferida no ato.*

§ 1º *Quando o termo não for registrado em meio eletrônico, o juiz rubricar-lhe-á as folhas, que serão encadernadas em volume próprio.*

§ 2º *Subscreverão o termo o juiz, os advogados, o membro do Ministério Público e o escrivão ou chefe de secretaria, dispensadas as partes, **exceto quando houver ato de disposição para cuja prática os advogados não tenham poderes.***

§ 3º *O escrivão ou chefe de secretaria trasladará para os autos cópia autêntica do termo de audiência.*

§ 4º *Tratando-se de autos eletrônicos, observar-se-á o disposto neste Código, em legislação específica e nas normas internas dos tribunais.*

(...)

CPC-2015:

Art. 367. *O servidor lavrará, sob ditado do juiz, termo que conterá, em resumo, o ocorrido na audiência, bem como, por extenso, os despachos, as decisões e a sentença, se proferida no ato.*

(...)

§ 5º *A audiência poderá ser integralmente gravada em imagem e em áudio, em meio digital ou analógico, desde que assegure o rápido acesso das partes e dos órgãos julgadores, observada a legislação específica.*

(...)

CPC-2015:

Art. 367. *O servidor lavrará, sob ditado do juiz, termo que conterá, em resumo, o ocorrido na audiência, bem como, por extenso, os despachos, as decisões e a sentença, se proferida no ato.*

(...)

§ 6º *A gravação a que se refere o § 5º também pode ser realizada diretamente por qualquer das partes, independentemente de autorização judicial.*

CPC-2015:

Art. 368. *A audiência será pública, ressalvadas as exceções legais.*